

DISCURSO DE S. EXA. A MINISTRA DO TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

Conferência Interparlamentar | Impacto socio-laboral da pandemia no emprego

13 de abril de 2021

Senhor Comissário para o Emprego e Direitos Sociais, Nicolas Schmit,

Senhoras Deputadas e Senhores Deputados,

Minhas senhoras e meus senhores

A Europa e o mundo foram confrontados com uma pandemia imprevisível e que nos desafiou de uma forma verdadeiramente inesperada. Pela primeira vez na nossa geração, tivemos de encerrar atividades, fechar as escolas e recolher às nossas casas para enfrentar um inimigo invisível mas poderoso.

Foi um momento em que a nossa sociedade, a nossa economia, as nossas empresas, os nossos trabalhadores e o nosso mercado de trabalho foram colocados à prova. Enquanto país, enquanto continente, fomos colocados à prova.

Mas este foi também o momento em que o Estado Social se mostrou como a resposta às nossas necessidades. Quando tudo parecia falhar, o Estado Social esteve à altura. Foi o Estado Social que garantiu um sistema nacional de saúde robusto e capaz de dar a resposta necessária a todos os que precisaram de cuidados de saúde nesta fase.

Foi também o Estado Social que garantiu uma resposta para as famílias, para os trabalhadores as empresas. Em Portugal, um em cada quatro portugueses beneficiou das medidas extraordinárias criadas para fazer face a esta crise.

O Estado Social garantiu, através da Segurança Social, instrumentos massivos para apoiar manutenção do emprego, trabalhadores independentes e sócio-gerentes. 1 em cada 2 trabalhadores independentes foi abrangido até ao momento e criou mecanismos extraordinários de apoio excecional às famílias.



Até ao momento, as medidas extraordinárias abrangeram 2,8 milhões de pessoas, 172 mil empresas, com um valor de 3.341 milhões de euros, incluindo isenções contributivas.

Esta mobilização extraordinária de recursos e de pessoas permitiu amortecer o aumento do desemprego. Em fevereiro, um ano depois Portugal passou de uma taxa de desemprego de 6,4% para 6,9%, abaixo da média da União Europeia, de 7,5%, e da Zona Euro, de 8,3%.

Estes números não nos deixam descansados. Sabemos que a pandemia afetou de forma mais vigorosa os contratos precários, os jovens e as mulheres.

Estes são tempos de transformação e de aceleração de investimentos estruturais para responder aos desafios que vivemos: Demográficos, desigualdades.

Ao mesmo tempo que respondíamos à pandemia, colocamos no terreno medidas estruturais.

Programas de apoio à contratação, de investimento na formação em áreas estratégicas de desenvolvimento (programa Ativar.pt, uma medida ativa de emprego para garantir a entrada de jovens no mercado de trabalho).

27 mil pessoas.

A nossa **prioridade tem sido reforçar a qualificação**, tanto inicial como, cada vez mais, à **aprendizagem ao longo da vida**.

- O Programa Garantia Digital, para reforçar a formação específica de longa duração na área das TICE.
- assegurar que, até 2023, todos os desempregados têm oferta de formação na área digital adequada ao seu nível de qualificação e perfil de competências em 2020

O programa **Programa Jovem + Digital**,

- destinado a jovem adultos, desempregados e com 12.º ano ou superior, com base em percursos de formação com duração máxima de 350 horas, e que abrangeu este ano 2.500 pessoas (com uma média de 5 mil pessoas nos últimos anos).



O Programa **Programa UpSkills**, que:

- Pretende reforçar a articulação de respostas formativas adequadas às necessidades das empresas e a integração no mercado de trabalho
- Com o objetivo de reconverter até 3.000 desempregados e pessoas em subemprego, de nível secundário e superior para a área digital;

E o **Programa Pro Digital**:

- Que vai equipar e capacitar os centros de formação profissional da rede IEFP para desenvolverem formação à distância (dotação de 25 M€).

Foi para responder a esses desafios que decidimos avançar com a elaboração de um Livro Verde sobre o Futuro do Trabalho.

- Promoção de uma agenda de trabalho digno; através da regulamentação das novas formas de trabalho associadas às transformações no trabalho e à economia digital – nomeadamente plataformas digitais, teletrabalho e nómadas digitais; através da aposta em áreas estratégicas e com potencial de crescimento do emprego, em particular nos setores e competências fortemente ligados à digitalização e à tecnologia e mitigar os efeitos da polarização do emprego, ou através da criação de Programas de requalificação e reconversão em articulação com mercado trabalho.

Importância da mobilização coordenada europeia

SURE. REact, PRR

Programa de Recuperação e Resiliência o (ex. Compromisso Emprego Sustentável)

Sem esta coordenação e sem estes mecanismos, uma economia como Portugal teria maiores dificuldades em responder à pandemia. Assim, estes instrumentos e coordenação têm sido fundamentais na resposta à emergência causada pela pandemia, com efeitos visíveis na forte resposta do mercado de trabalho, e serão igualmente fundamentais na fase de recuperação que se segue.

